

# Caso interessa aos brasileiros

O deputado José Roberto Arruda solicitou, em nome da liderança do PFL, que a Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados realize, com urgência, uma audiência pública para discutir a preservação de Brasília como patrimônio cultural da Humanidade.

Arruda quer que um debate nacional, em que sejam ouvidos especialistas como Oscar Niemeyer, Ernesto Silva e Carlos Magalhães, ajude a definir, entre outras coisas, a quem compete conciliar preservação do Plano Piloto com as necessidades do desenvolvimento urbanístico da cidade.

A solicitação do deputado tem por objetivo buscar uma solução para o conflito de interesses que se estabeleceu entre a Câmara Legislativa e o Conselho de Preservação da Área Tombada de Brasília (Conpresb) e que levou os deputados distritais a discutirem um projeto de lei que extingue o Conselho.

Ressalvando não querer interferir no direito dos deputados distritais de legislar sobre a cidade, por acreditar e defender a necessidade de limites na atuação de cada Poder instalado na Capital, Arruda justificou o seu requerimento dizendo que o entendimento, de todos que lutaram para que a Unesco reconhecesse Brasília como um bem cultural da humanidade, era de que a preservação da Brasília urbanística e arquitetônica é um problema de todos os brasileiros.

**ESFORÇO** - O deputado federal reconheceu que a Câmara Legislativa tem se esforçado na discussão dos temas que interessam tanto ao necessário desenvolvimento da cidade quanto aos imperativos de sua preservação, mas admitiu, também, que a existência do Conselho e de comissões deliberativas não têm impedido o uso inadequado do solo e o risco de danos ao patrimônio cultural da cidade.

Estabelecendo uma diferença entre a "Brasília Cidade", onde vivem e trabalham os brasilienses, e a "Brasília Capital", que sedia as representações diplomáticas e os Poderes da República e os monumentos arquitetônicos, Arruda disse que é preciso definir claramente qual é o papel da Câmara Legislativa, do Conselho de Preservação e do Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Arquitetônico Nacional.

"Não há dúvida de que cabe aos deputados distritais legislar sobre as questões da Brasília Cidade. E, se em último caso, for da Câmara Legislativa o direito e a obrigação de também legislar sobre a Brasília Capital, não deve fazê-lo apenas sob a ótica dos que aqui vivem, mas sob a ótica de todos os brasileiros", concluiu Arruda.